

COMUNICAÇÃO DE ENGAJAMENTO - COE



Período de Reporte - 2019/2020

Índice

- Palavra do Presidente
- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- Princípios do Pacto Global
- Princípios do Pacto Global aplicados



PALAVRA DO PRESIDENTE

Com grande honra, ao aderir ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas, o Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo assumiu o compromisso de respeitar os 10 Princípios Universais e de realizar ações que concretizem os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

O TJMSP, um dos precursores dentre os Tribunais brasileiros, a subscrever o acordo, reconhece na valorosa iniciativa da ONU grandes possibilidades para que, a partir dela, seja estabelecido um novo ciclo de desenvolvimento humano, mais próspero, racional e justo para a presente e para futuras gerações. Mais do que apenas uma intenção, esse é um dos propósitos fundamentais do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo no cumprimento de seus deveres institucionais. Por fim, tenho o prazer de confirmar que o TJMSP reafirma o seu apoio ao Pacto Global das Nações Unidas e da sua missão em promover a sustentabilidade corporativa nas suas mais diversas áreas. Nesta Comunicação de Engajamento são descritas as ações realizadas em apoio contínuo ao Pacto Global da ONU e seus princípios fundamentais.

Destaco, por fim, o empenho de toda a instituição, composta por dedicados magistrados, servidores e funcionários terceirizados para o alcance dos objetivos e metas traçados, os quais são integralmente responsáveis pelos inúmeros projetos encampados no decorrer desses dois anos.

A humanidade pede e o planeta exige que envidemos todos os esforços para que as gerações futuras tenham condições de viver com segurança moral, material e ambiental. Esta é a missão que cabe a todos nós. Que este relatório possa incentivar muitos outros a também assumir esse compromisso.

CLOVIS SANTINON





OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1 ERRADICAÇÃO
DA POBREZA



2 FOME ZERO
E AGRICULTURA
SUSTENTÁVEL



3 SAÚDE E
BEM-ESTAR



4 EDUCAÇÃO DE
QUALIDADE



5 IGUALDADE
DE GÊNERO



6 ÁGUA POTÁVEL
E SANEAMENTO



7 ENERGIA LIMPA
E ACESSÍVEL



8 TRABALHO DECENTE
E CRESCIMENTO
ECONÔMICO



9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO
E INFRAESTRUTURA



10 REDUÇÃO DAS
DESIGUALDADES



11 CIDADES E
COMUNIDADES
SUSTENTÁVEIS



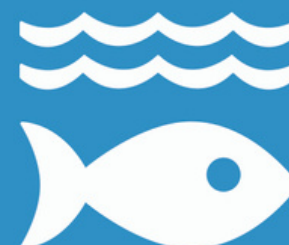
12 CONSUMO E
PRODUÇÃO
RESPONSÁVEIS



13 AÇÃO CONTRA A
MUDANÇA GLOBAL
DO CLIMA



14 VIDA NA
ÁGUA



15 VIDA
TERRESTRE



16 PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES
EFICAZES

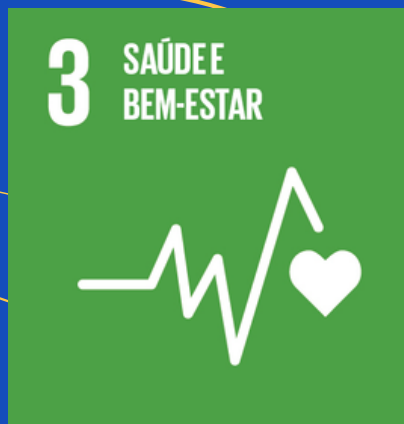


17 PARCERIA E MEIOS
DE IMPLEMENTAÇÃO



OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL

OBJETIVO 3 – SAÚDE E BEM ESTAR

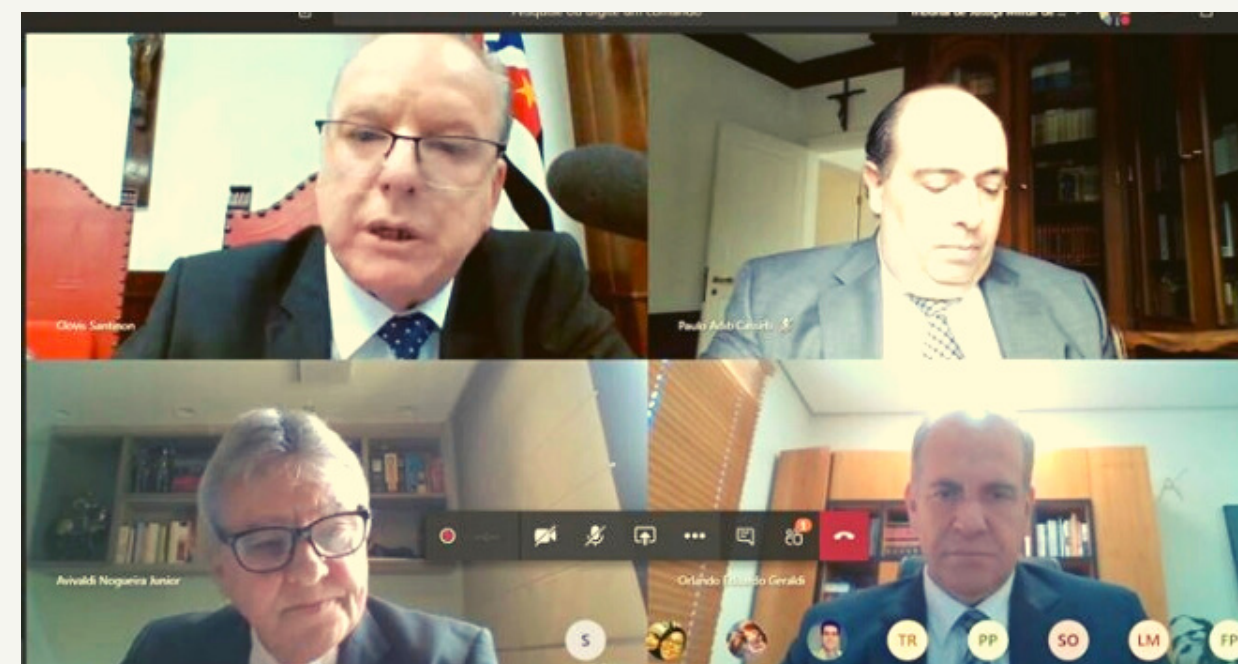


Combate ao Contágio do Covid-19

Foram estabelecidas diversas ações de combate ao contágio pelo Covid-19 no âmbito da Justiça Militar, como a implementação do sistema de “*home office*” para magistrados e servidores, a adoção das sessões e audiências virtuais, suspensão de prazos processuais e assistência médica para todos os funcionários e terceirizados.

A utilização do sistema de videoconferência para a realização de sessões e audiências e, implantação do programa de oitiva de pessoas a distância, reduziu o deslocamento de partes, vítimas e testemunhas em processos, contribuindo para a sustentabilidade das relações sociais com o Poder Judiciário.

Tais providências proporcionaram aos magistrados, membros do Ministério Público, defensores públicos e advogados a participação em julgamentos de forma não presencial, além de outros benefícios, como a agilidade dos trâmites processuais e o acesso à Justiça.



OBJETIVO 4 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

São realizadas ações junto aos colaboradores do TJM e terceiros que atuam em suas dependências, por meio de palestras e campanhas, que visam a adoção de ações e mudança de comportamentos relacionados à sustentabilidade (redução de resíduos, reciclagem e consumo consciente) nos ambientes corporativo e doméstico.



OBJETIVO 6 – ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

6 ÁGUA POTÁVEL
E SANEAMENTO



São realizadas ações rotineiras que visam assegurar o fornecimento de água potável a todos os usuários dos serviços institucionais, por intermédio do serviço público de abastecimento.

Além disso, são utilizados recursos que visam garantir as condições físico-químicas de qualidade da água com o emprego de elementos filtrantes, aferidos anualmente.



Não são utilizados sistemas de poços artesianos ou qualquer outro meio de captação que não garanta a potabilidade da água.

Todos os sistemas hidráulicos possuem mecanismos que visam a redução do volume de vazão, bem como o aproveitamento de águas pluviais nos sistemas sanitários

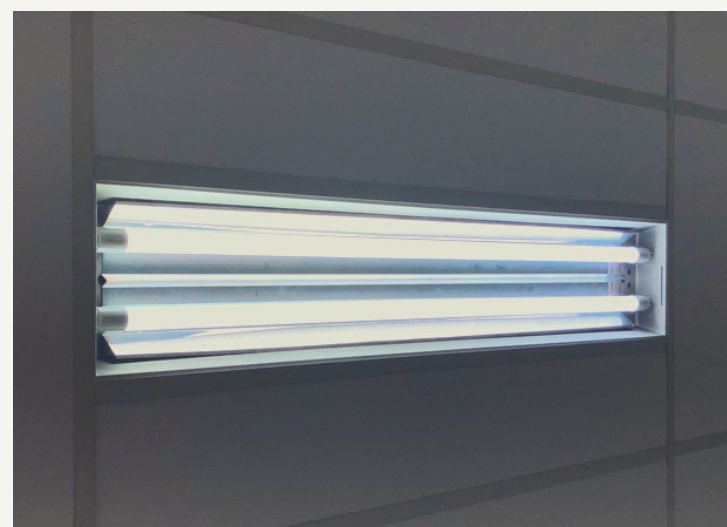
Por fim, não são realizados serviços de lavagem de viaturas nos ambientes internos, evitando desta forma, o eventual despejo de poluentes nos lençóis freáticos.



OBJETIVO 7 – ENERGIA ACESSÍVEL E LIMPA

Os equipamentos elétricos utilizados nas dependências do TJM, desde que tecnicamente viável, possuem recursos que visam uma maior eficiência energética, como por exemplo, substituição de iluminação fluorescente por iluminação LED, aparelhos de ar condicionado com sistema inverter, computadores com baixo consumo de energia e outros.

Além disto, todos os veículos institucionais possuem tecnologia flexível que permite a utilização de combustíveis renováveis (etanol), além de veículos de transporte/carga abastecidos somente com diesel S-10



OBJETIVO 9 - INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Sistema Eletrônico de Informações (SEI)

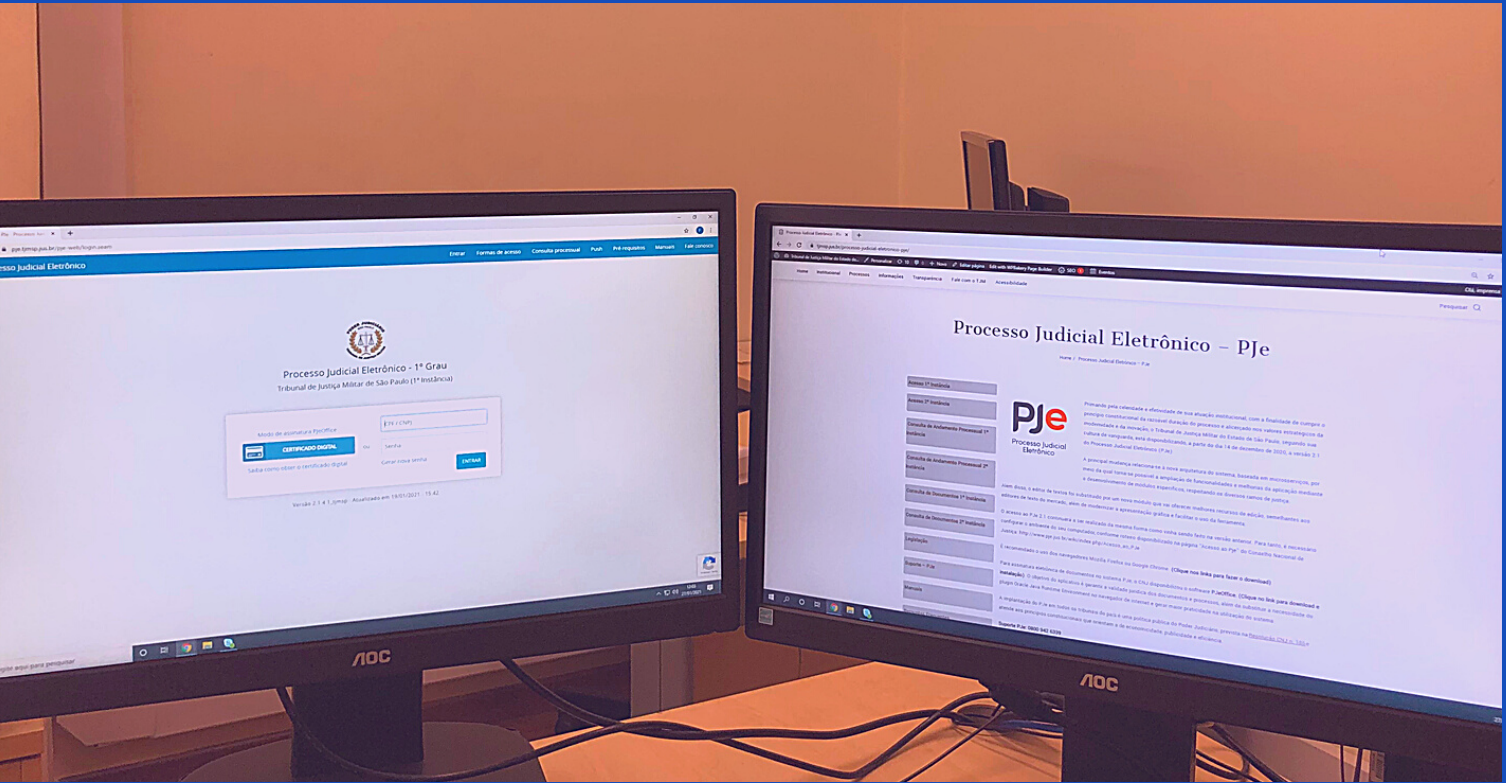
O TJMSP utiliza o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) para a gestão dos processos eletrônicos administrativos. Uma das suas principais características é a redução do uso de papel como suporte físico para documentos institucionais e o compartilhamento de informações. Esta iniciativa promove a economia de tempo e de recursos e oferece maior segurança, transparência e agilidade no trâmite desses processos.



Implantação do PJe e do SEEU

O Processo Judicial Eletrônico – PJe e o Sistema Eletrônico de Execução Unificada – SEEU são os principais projetos sustentáveis do TJMSP, uma vez que por meio desses sistemas os processos passaram a tramitar na forma eletrônica, ampliando o acesso à Justiça aos advogados e seus representados, garantindo a agilidade processual e contribuindo para a redução do consumo de papel e insumos.

O PJe Cível já é uma realidade na Justiça Castrense e o PJe Criminal está em fase de implantação, de forma a efetivar a promoção da Justiça no âmbito militar.



OBJETIVO 11 – CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS



Todas as edificações institucionais, que são estabelecidas na capital de São Paulo, na medida do possível, visam atender à menor necessidade de locomoção de seus colaboradores, os quais possam utilizar com maior facilidade dos sistemas de transportes urbanos como ônibus, trens e metrô, além de disponibilizar paraciclos aos interessados

Todo o descarte dos resíduos gerados (recicláveis e não-recicláveis), são mensurados e controlados, com a utilização do serviço público de coleta de resíduos e parceria com cooperativas que atuam na reciclagem de materiais.





OBJETIVO 12 – CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

Todas as aquisições de bens e serviços visam assegurar o fornecimento de matérias-primas e produtos com certificação sustentável, como por exemplo, mobiliário e papel para impressão, desde que atendidos os critérios da Lei 8.666/93 que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública

São estabelecidos critérios que visam a aquisição de bens na exata medida de sua necessidade, visando evitar o desperdício de materiais.



OBJETIVO 13 – AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA



Todas as ações estabelecidas nos objetivos anteriores, de forma combinada e por meio do planejamento estratégico institucional, visam minimizar eventual contribuição das atividades corporativas no aumento da temperatura global





OBJETIVO 14

VIDA NA ÁGUA

Apesar de não haver impacto direto das atividades institucionais no ambiente marinho, são realizadas ações de conscientização ambiental junto aos colaboradores de forma que possam contribuir com a sua preservação.

OBJETIVO 15 – VIDA TERRESTRE

Todas as ações socioambientais realizadas pelo TJMSP, têm por objetivo a preservação dos recursos naturais e a biodiversidade que possam ser afetados, direta ou indiretamente, por suas atividades.



Visando minimizar ou evitar tais impactos, as ações socioambientais realizadas com seus colaboradores, terceirizados e usuários de seus serviços, envolvem: capacitação, campanhas, atividades lúdicas e parcerias com outras instituições.



OBJETIVO 16

PAZ, JUSTIÇAS E INSTITUIÇÕES EFICAZES

16 PAZ, JUSTIÇA E
INSTITUIÇÕES
EFICAZES



Levantamento e correlação dos Principais assuntos julgados na Justiça Militar

Consciente da importância da Agenda 2030 no Poder Judiciário, o TJMSP mapeou os principais assuntos julgados entre 2017 e 2019 e correlacionou com os ODS e suas respectivas metas e indicadores, o que proporcionou a propositura de metas e ações em 2020 e a revisão do Plano Estratégico para o sexênio 2021-2026, com a aprovação da iniciativa de combate aos crimes contra a administração.

Implantação do Canal de Comunicação 0800

A Ouvidoria é um dos maiores instrumentos de cidadania nas organizações públicas e o TJMSP implantou em 2019 um canal de comunicação nacional gratuito, por meio do número 0800, em complemento ao acesso eletrônico, em que é possível efetuar denúncias, reclamações ou sugestões sem custo para os usuários, através de um telefone fixo ou móvel, proporcionando assim um canal direto e personalizado entre a Justiça Militar e o cidadão, o que ganhou destaque em 2020, durante a pandemia do Covid-19, permitindo-se sanar dúvidas relacionadas ao acesso aos serviços da Justiça Militar. Esta iniciativa aumentou a satisfação e fortaleceu a relação institucional com o cidadão, usuário dos serviços prestados pela Justiça Militar, o que foi auferido em pesquisa de satisfação realizada em 2020.

Palestras para os Policiais Militares

A Presidência, através da Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo - EJM e da Assessoria Policial Militar do TJMSP, promoveu em 2019 palestras para as Praças e os Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo, referente a competência da Justiça Militar e os principais crimes julgados, de forma a contribuir com a formação acadêmica dos novos policiais e de integrantes em programas de reciclagem.



Incorporação da Agenda 2030 à Justiça Militar

16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES



Comprometido com os princípios relacionados aos direitos humanos e combate à corrupção, o TJMSP, por meio da Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo - EJM, incorporou a Agenda 2030 às suas atividades, com a promoção de eventos voltados aos temas jurídicos sensíveis à Justiça Militar, tendo por foco o ODS 16 - PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES.

O trabalho desenvolvido pela EJM em 2020 originou-se do compromisso institucional estabelecido no "XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário", realizado nos dias 25 e 26 de novembro de 2019, quando foi aprovada a meta nacional nº 9 que tem por fim integrar a Agenda 2030 ao Poder Judiciário.

Em 2020, por meio de parceria com a Polícia Militar de São Paulo, foi elaborado um programa contendo instruções, palestras e a divulgação de vídeo informativo dirigido aos policiais militares, voltados à redução dos crimes de desaparecimento, consunção ou extravio de armas, com abordagem das principais situações cotidianas que levam ao extravio de armas.

O compromisso da Justiça Militar bandeirante com a redução do fluxo de armas ilegais e, conseqüentemente, da prática dos delitos do art. 265 c.c. art. 266, do Código Penal Militar, é perene e as ações de conscientização serão ampliadas em 2021, por meio de parcerias institucionais e a execução de programas preventivos e educativos.

ESCOLA JUDICIÁRIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULOINÍCIOCURSOSTJMSPEJMSP

Extravio culposo de arma e/ou munição



INSTRUÇÃO SOBRE O CRIME DE EXTRAVIO CULPOSO DE ARMA E/OU MUNIÇÃO

Instrução disponibilizada pela Escola Judiciária Militar do Estado de São Paulo visando à prevenção da ocorrência do extravio culposo de arma e/ou munição, crime tipificado no Código Penal Militar.

Essa iniciativa faz parte das ações referentes à **Agenda 2030**. Especificamente à Meta Nacional 9 de 2020.

ODS 16 - Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

Meta 16.4 - Até 2030, **reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais, reforçar a recuperação e devolução de recursos roubados e combater todas as formas de crime organizado**

(Instrução destinada exclusivamente a Policiais Militares)
(clique sobre o nome do curso para entrar)



R. Dr. Vila Nova, 285 - Vila Buarque, São Paulo



ejmsp@tjm.sp.gov.br



11 3218-3250





METAS NACIONAIS E ESPECÍFICAS 4º Trimestre/2020



METAS NACIONAIS CNJ

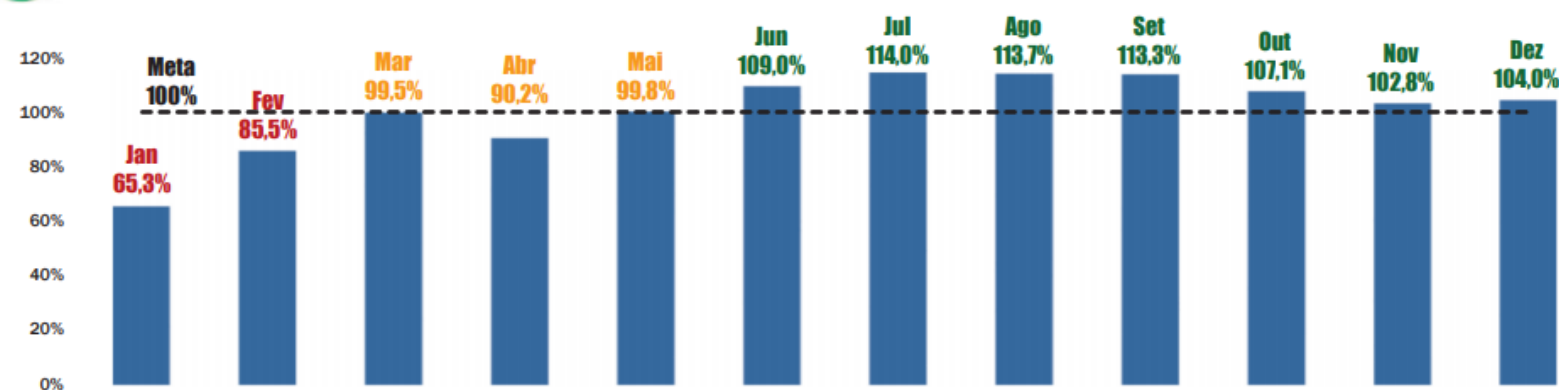
META NACIONAL 1 Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente

% cumprimento TJMSP

Meta: cumprimento maior ou igual a 100%



Farol de Cumprimento da Meta no TJMSP



Ao longo de 2019 e 2020, por meio do juiz gestor das metas institucionais, foram promovidas ações no âmbito jurisdicional voltadas à garantia dos direitos do cidadão e o acesso à Justiça, com a propositura de metas que contribuiriam para o aumento da agilidade processual.

A celeridade é o grande destaque da Justiça Militar bandeirante, que mesmo durante o período de enfrentamento da pandemia do Covid-19, conseguiu reduzir o estoque processual, com destaque para os crimes de combate à corrupção.

O desempenho da Justiça Militar está destacado através do endereço eletrônico
<https://www.tjmsp.jus.br/gestao-estrategica/>

Adoção de metas voltadas a agilidade processual e razoável duração do processo

PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL



1

RESPEITAR

e apoiar a proteção de direitos humanos reconhecidos internacionalmente.



2

ASSEGURAR

a não participação da empresa em violações dos direitos humanos.



3

APOIAR

a liberdade de associação e o reconhecimento efetivo do direito à negociação coletiva.



4

ELIMINAR

todas as formas de trabalho forçado ou compulsório.



5

ERRADICAR

todas as formas de trabalho infantil da cadeia produtiva.



6

ESTIMULAR

práticas que eliminem qualquer tipo de discriminação no emprego.



7

ASSUMIR

práticas que adotem uma abordagem preventiva aos desafios ambientais.



8

DESENVOLVER

iniciativas e práticas para promover maior responsabilidade ambiental.



9

INCENTIVAR

o desenvolvimento e difusão de tecnologias ambientalmente responsáveis.



10

COMBATER

a corrupção em todas as suas formas, inclusive extorsão e suborno.

PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL APLICADOS

Escola Judiciária Militar
Abril 2019

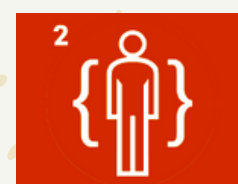


Em abril de 2019 a Escola promoveu em cooperação com a Diretoria de Recursos Humanos do TJMSP o seminário “Sustentabilidade e Ética nas Contratações e Gestão Pública”, ministrada pela Doutora Tereza Villac. A Dra. Tereza é advogada da União, Doutora em Ciência (USP), Filosofia (USP) e autora de obras sobre o tema.



Resultado alcançado: o evento, direcionado aos servidores do TJMSP e de outros Tribunais, conseguiu divulgar de maneira efetiva e direta os temas da responsabilidade socioambiental e da ética nas contratações, analisando o tema da corrupção em suas diversas nuances.

PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL APLICADOS



Escola Judiciária Militar Junho 2019

A Escola Judiciária Militar promoveu em cooperação com a Associação dos Magistrados das Justiças Militares Estaduais AMAJME a primeira edição do "Seminário Internacional de Direito Militar - São Paulo/Atenas - 2019" sediando as palestras ocorridas em São Paulo com os seguintes temas: "Crimes de Guerra: a casuística do Tribunal Penal Internacional" proferida pelo Doutor Flávio de Leão Bastos Pereira. O Dr. Flávio Bastos é professor da Universidade Mackenzie onde leciona Direitos Humanos e Constitucional, é membro do rol de "experts" da Academia de Princípios de Nuremberg e membro da rede internacional de especialistas em genocídio (INoGS).

Também foi proferida por ocasião do mesmo evento, a palestra: "Delitos Militares por Extensão e a Nova Competência da Justiça Militar" apresentada pelo Dr. Ronaldo João Roth, Juiz de Direito da 1ª AME. O Dr. Ronaldo Roth possui mestrado em Direitos Humanos pela UNIFIEO, Especialização em Direito Processual Penal com vasta experiência no Magistério Superior e profícua produção científica.



Resultado alcançado: os eventos, direcionados à comunidade jurídica interessada, tendo dentre seus participantes advogados, estudantes, magistrados, promotores, servidores civis e militares da Polícia Militar do Estado de São Paulo e das Forças Armadas, conseguiram transmitir importantes conceitos relacionados com a proteção dos direitos humanos e com a tramitação de novos crimes militares que passaram a ser previstos na legislação.

PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL APLICADOS



Escola Judiciária Miliar Março 2020

A Escola promoveu evento com a palestra: "A Nova Lei de Abuso de Autoridade" proferida pelo desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, Dr. Hermann Herschander. O desembargador é mestre em Direito da Sociedade da Informação pelas Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU (2019). É especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Escola Superior do Ministério Público (2000). Foi procurador de justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo. Atualmente é desembargador da Seção Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e professor do Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas, lecionando também na Escola Paulista da Magistratura, na Escola Superior do Ministério Público, no COGEAE da Pontifícia Universidade Católica. É coordenador da área de Direito Processual Penal e foi membro do conselho consultivo da Escola Paulista da Magistratura.

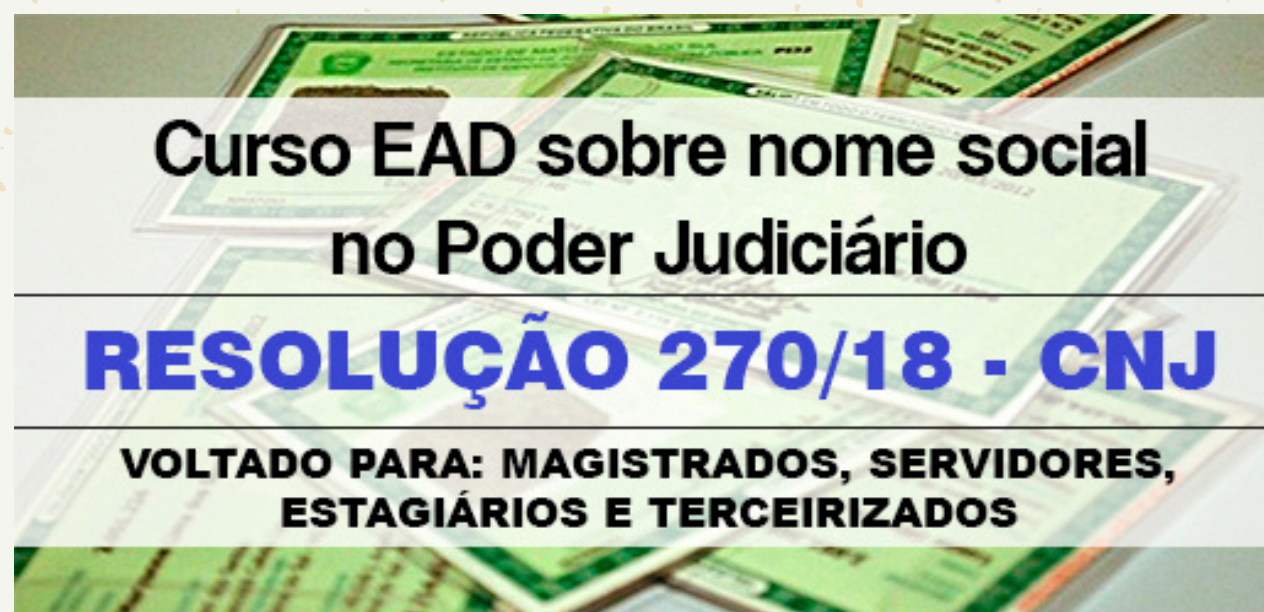
Resultado alcançado: o evento, direcionado a magistrados, servidores do Tribunal e integrantes da Polícia Militar e das Forças Armadas, conseguiu elucidar inúmeras dúvidas sobre a interpretação a ser dada à nova Lei de Abuso de Autoridade, procurando dessa forma divulgar o tratamento a ser dispensado quando da ocorrência de abusos e desvios na atuação das autoridades em geral.

PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL APLICADOS



Escola Judiciária Miliar
Março 2020

A Escola disponibilizou em seu ambiente virtual de aprendizagem, a instrução sobre a Resolução 270, do Conselho Nacional de Justiça, que versa sobre o direito ao uso do nome social nos órgãos do Poder Judiciário, tanto por seus magistrados, servidores, estagiários ou terceirizados, bem como pelos demais operadores do Direito ou pelos usuários dos serviços judiciários.



Resultado alcançado: O vídeo de instrução conseguiu realizar a divulgação do direito ao uso do nome social e as formas de exercício desse direito, explicando de maneira didática a todos os magistrados, servidores, estagiários e terceirizados do TJM essa significativa medida que procura contribuir para eliminação de qualquer discriminação em relação a essa questão.

PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL APLICADOS

Diretoria de Recursos Humanos



Os vencimentos previstos por lei de magistrados e servidores são dignos e condizentes com as respectivas atribuições (artigo 23, item 3 da Declaração Universal dos Direitos Humanos);

Os magistrados e servidores tem direito ao descanso semanal remunerado (artigo 24 da Declaração Universal dos Direitos Humanos)

A contratação de prestadores de serviços e estagiários não possui qualquer restrição de raça, cor, sexo, orientação sexual, religião, opinião política ou origem social, bastando possuir as aptidões necessárias, conforme o caso (artigo 2º da Declaração Universal dos Direitos Humanos). Além disso, são estritamente observadas as disposições legais quanto ao percentual de portadores de deficiência física, negros e outros segmentos da sociedade alcançáveis por meio de ações afirmativas positivadas.



PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL APLICADOS

Diretoria de Recursos
Humanos
Janeiro 2020



CONCURSO PÚBLICO - Publicação do Edital nº 001/2019 de abertura de inscrições para candidatos ao provimento de cargos de Analista em Comunicação e Processamento de Dados Judiciário e de Técnico em Comunicação Processamento de Dados Judiciário, cuja cláusula 2.1, letra "b", prevê a idade mínima de 18 anos.

Nas contratações de estagiários de nível médio, na condição de aprendiz, com jornada de 4 horas ao dia, de segunda a sexta-feira, é exigida a idade mínima de 16 anos. Além de não enquadrarem-se na definição legal de trabalho infantil, devemos destacar que os estágios supervisionados colaboram efetivamente na formação intelectual, profissional, comportamental e social do estagiário, apresentando-lhe, de forma controlada e supervisionada, a realidade do mercado de trabalho.

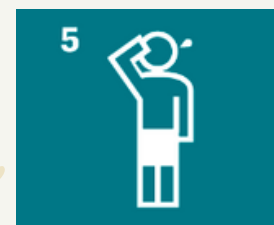
CONCURSO PÚBLICO



- Técnico em Comunicação e Processamento de Dados Judiciário
- Analista em Comunicação e Processamento de Dados Judiciário

PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL APLICADOS

**Diretoria de Recursos
Humanos
Janeiro 2020**



Publicação do Edital nº 001/2019 de abertura de inscrições para candidatos ao provimento de cargos de Analista em Comunicação e Processamento de Dados Judiciário e de Técnico em Comunicação e Processamento de Dados Judiciário, com a cláusula 4 e seus subitens prevendo condições especiais/ou tempo adicional para a realização das provas para candidatos portadores de deficiência, além de assegurar a reserva de vagas na proporção de 5% (cinco por cento), conforme Lei Complementar Estadual nº 683/1992 c.c. o art. 2º do Decreto Estadual nº 59.591/13; a reserva de cota de 20% das vagas para pessoas negras e a permissão do uso do nome social por parte dos candidatos (conforme Resolução do CNJ nº 203/2015). Tais ações afirmativas não somente simbolizam tentativas de eliminação da discriminação, mas promovem verdadeira inclusão de grupos historicamente tidos como subrepresentados nos quadros da Administração Pública.



PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL APLICADOS

Diretoria de Recursos Humanos
Abril 2019



Maio 2019

Realização, em parceria com o Núcleo de Gestão Socioambiental da palestra: "Sustentabilidade e Ética Ambiental nas Contratações e na Gestão Pública", com a Profa. Dra. Teresa Villac, advogada da União e professora especializada no tema, aberta aos magistrados e servidores do TJMSP e contando com a presença de servidores de diversos órgãos públicos, impulsionando a criação de uma Rede Local de Órgãos Públicos, voltados à Sustentabilidade, a rede Sustentação SP.

Todas as atividades relacionadas com a promoção de maior responsabilidade ambiental são adotadas em profunda colaboração com a Seção Socioambiental, de modo a favorecer a sinergia e eficiência na utilização dos recursos.

Realização da Semana da Saúde do TJMSP com o convite para uma caminhada no Parque Ecológico Imigrantes, cujo percurso, acompanhado de um instrutor, desperta a consciência de todos para a importância da preservação do meio ambiente.



PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL APLICADOS

Diretoria de Recursos Humanos



Todas as informações relevantes relacionadas à gestão de Pessoal, tais como estrutura de remuneração, cargos providos, vencimentos e proventos, relação de servidores, magistrados e estagiários são inseridas mensalmente no Portal da Transparência, sendo informações disponibilizadas à sociedade em geral e a quem possa interessar.



As informações relacionadas à Gestão de Pessoal, tais como Folha de Pagamento, Cargos providos, Aposentadorias e outras hipóteses de vacâncias de cargos e Quadro de cargos e funções são encaminhadas periodicamente ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, que realiza o controle externo de forma contínua. Ademais, sempre que há demanda, são fornecidas informações à Unidade de Auditoria Interna.

As informações relacionadas a folha de pagamento da magistratura são encaminhadas mensalmente à Corregedoria Geral do Conselho Nacional de Justiça, por força da Portaria CNJ nº 63/2017, para o respectivo controle.

PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL APLICADOS

Diretoria de Recursos
Humanos
Dezembro 2019



No âmbito do Comitê Local de Gestão de Pessoas foram iniciados estudos e discussões visando o progresso da criação do Código de Ética dos Servidores do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo.



Transparência é o instrumento eficaz de combate à corrupção, na medida em que permite não só aos órgãos de controle interno e externo, mas ao cidadão em geral, conhecer onde os recursos oriundos de seus tributos são aplicados e se o são em estrita conformidade com a lei. Nesse sentido, importante assinalar que a implantação das regras previstas na Lei de Acesso à Informação autoriza a qualquer do povo formular questionamentos ou dúvidas atinentes também aos pagamentos efetuados pelos órgãos públicos de qualquer natureza.

PRINCÍPIOS DO PACTO GLOBAL APLICADOS



Instituição do Programa de Integridade (compliance), no âmbito da administração, por meio da Resolução nº 64/2019 - AssPres.

Esse programa foi concebido com base nas melhores práticas de governança aplicáveis à administração pública, especialmente aquelas promovidas pela Controladoria-Geral da União (CGU), e sua essência está alinhada aos valores de credibilidade, ética, imparcialidade, integridade, responsabilização e transparência, que constam no Planejamento Estratégico e que devem direcionar o comportamento dos servidores no cumprimento da missão e da visão de futuro do Tribunal.

Ademais, é importante destacar que constituem objetivos do programa, além do próprio combate à corrupção, assegurar o cumprimento de leis e regulamentos, fomentar a cultura da integridade, bem como garantir o atendimento dos requisitos de transparência e prestação de contas.

Para tanto, foi estruturado o seguinte conjunto de ações e medidas institucionais, que vêm sendo desenvolvidas, no sentido do fortalecimento dos pilares que sustentam o Programa de Integridade, visando à prevenção, detecção, punição e remediação de atos de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta, praticados por servidores.

Comprometimento e apoio da alta administração

Para tanto, foi estruturado o seguinte conjunto de ações e medidas institucionais, que vêm sendo desenvolvidas, no sentido do fortalecimento dos pilares que sustentam o Programa de Integridade, visando à prevenção, detecção, punição e remediação de atos de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta, praticados por servidores.

No âmbito do Poder Judiciário, de forma pioneira, o TJMSp foi o primeiro tribunal do Brasil a implementar um Programa de Integridade por meio de resolução aprovada pelo seu Pleno, evidenciando o comprometimento da alta administração, conhecida pela expressão em inglês "Tone from the top".

Desde então, a alta administração vem reafirmando publicamente seu apoio inequívoco ao programa, tanto perante o público externo, por meio de pronunciamentos e notícias no Diário da Justiça Militar, no site do Tribunal e no portal do Conselho Nacional de Justiça, como para o público interno, de modo a estimular nos gestores e servidores o mesmo engajamento com os mais elevados padrões de ética e conduta.

Por ter plena consciência de que a efetividade do programa depende diretamente do seu apoio, a alta administração não vem medindo esforços para participar de todas as fases de desenvolvimento das ações e medidas de integridade, inclusive estabelecendo, no Planejamento Estratégico, o fomento à cultura da integridade nas atividades administrativas, como um dos objetivos a serem conquistados pelo Tribunal.

Unidade responsável pelo Programa de Integridade

A Coordenadoria de Integridade e Auditoria Interna (CIA) é responsável pela estruturação, pela execução e pelo monitoramento contínuo do Programa de Integridade.

Trata-se de uma unidade diretamente vinculada à Presidência, que foi devidamente dotada de autonomia e recursos materiais e humanos necessários ao desempenho de suas competências, sendo-lhe assegurado acesso completo, livre e irrestrito aos registros, sistemas, servidores e dependências das unidades organizacionais.

Dentre outras atribuições, compete à CIA dar suporte à identificação, análise e avaliação dos riscos de integridade, promover ações de comunicação e treinamentos periódicos sobre temas relacionados ao programa, incentivar o uso do canal de denúncias mediante ampla divulgação ao público interno e externo, realizar diligências prévias relativas à contratação e supervisão de fornecedores de bens e prestadores de serviços, bem como prestar apoio nos procedimentos instaurados em casos de quebra de integridade.

Gerenciamento de riscos de integridade

Sob a coordenação da CIA, está em fase de implementação, no âmbito da administração, o gerenciamento de riscos, que podem impactar a consecução dos objetivos organizacionais, incluindo os riscos de integridade.

Os riscos de integridade representam as vulnerabilidades que podem favorecer ou facilitar a ocorrência de atos de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios éticos e de conduta, praticados por servidores.

A operacionalização dessas atividades deverá ser descrita no Manual de Gestão de Riscos, que se encontra em fase de elaboração, de acordo com os fundamentos, a estrutura e a metodologia já definidas por resolução do Pleno, contemplando, dentre outras, as seguintes etapas:

- Identificação: levantamento dos possíveis riscos de integridade para o atingimento dos objetivos organizacionais e identificação das possíveis causas e consequências;
- Avaliação: cálculo dos níveis dos riscos de integridade identificados de acordo com critérios de probabilidade e impacto;
- Tratamento: definição de respostas aos riscos de integridade, incluindo a escolha das medidas de controle, como o estabelecimento de políticas e procedimentos de integridade; e
- Monitoramento: integração de todas as instâncias envolvidas, com vistas à melhoria do gerenciamento dos riscos de integridade.

Considerando que a CIA, além dos trabalhos de gestão da integridade, exerce também as atividades de auditoria interna, é importante salientar que foram providenciadas as devidas medidas de salvaguarda, exigidas pela Estrutura Internacional de Práticas Profissionais do Instituto de Auditores Internos, para proteger a independência e objetividade necessárias a essa função no modelo de Três Linhas de Defesa, adotado para gerenciamento de riscos.

Monitoramento Contínuo

Os atributos do programa são continuamente monitorados pela CIA, com o objetivo de avaliar a efetividade das ações e medidas estabelecidas para prevenção, detecção e resposta, em relação às práticas de corrupção, fraudes, irregularidades e desvios.

Trata-se de uma medida fundamental para o aprimoramento e a adaptação do programa, cujo efetivo funcionamento depende de constantes atualizações, considerando casos de quebra de integridade, resultados de auditorias, registros de denúncias, identificação de novos riscos e mudanças no contexto interno e externo do Tribunal, de modo a retroalimentar o programa, visando à sua melhoria contínua.

Padrões de ética e conduta

Está em fase de elaboração o Código de Ética dos Servidores do TJMSP, a fim de apresentar, de forma clara e precisa, os valores, as condutas e os comportamentos que deverão ser observados por todos os servidores, inclusive com disposições específicas para as atividades de gestão de licitações e contratos.

Também está prevista a constituição de uma Comissão de Ética, para controle e monitoramento do cumprimento do Código de Ética, bem como para orientação e aconselhamento sobre a ética profissional dos servidores, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público.

Além disso, como fruto da implementação do gerenciamento de riscos, deverão ser desenvolvidas políticas e procedimentos de integridade, inclusive sobre conflitos de interesses, aplicáveis a todos os servidores das unidades administrativas, independentemente de cargo ou função exercidos.

Comunicação e treinamento

Com o objetivo de promover o programa, foi aprovado o Plano de Comunicação e Treinamento, direcionando ações tanto para o público interno, de modo a estimular nos gestores e servidores o mesmo engajamento demonstrado pela alta administração, como para o público externo, estando previstas as seguintes atividades:

- Apresentação dos objetivos, da estrutura e da execução do Programa de Integridade;
- Incentivo ao uso do canal de denúncias;
- Disseminação do Código de Ética dos Servidores do TJMSP;
- Campanhas sobre temas relacionados a conflitos de interesse, assédio moral, assédio sexual e discriminação;
- Campanhas educativas sobre ética e cidadania;
- Capacitação de servidores nos cursos "Fundamentos da Integridade Pública - Prevenindo a Corrupção", do Tribunal de Contas da União, e "Ética e Serviço Público", da Escola Nacional de Administração Pública;
- Realização do evento "Semana da Integridade do TJMSP", com palestras e oficinas, preferencialmente na semana do Dia Internacional de Combate à Corrupção (9 de dezembro); e
- Divulgação de eventos promovidos por outros órgãos públicos sobre temas relacionados à integridade.

Além disso, para alcançar o público externo (sociedade em geral), são publicadas informações e notícias sobre o programa no site do TJMSP, inclusive em formato de podcasts, estando programadas, ainda, ações de comunicação específicas destinadas aos fornecedores de bens e prestadores de serviços, que também devem apresentar elevados padrões de ética e conduta nas suas relações com o Tribunal.

Canal de denúncias

Compete à Ouvidoria da Justiça Militar do Estado de São Paulo receber e registrar as denúncias que lhe forem dirigidas, por meio de formulário disponibilizado no site do TJMSP, correio eletrônico, correspondência ou telefone, sendo assegurada a proteção dos denunciante de boa-fé, cuja identificação é resguardada com restrição de acesso, sempre que solicitado.

Conforme consta no Plano de Comunicação e Treinamento, estão previstas ações para incentivar o uso da Ouvidoria, assim como de outros canais de denúncia, mediante ampla divulgação aos públicos interno e externo.

Diligências para contratação e supervisão de terceiros

A fim de verificar a idoneidade de fornecedores de bens e prestadores de serviços, a CIA deve realizar diligências apropriadas para contratação e supervisão dessas empresas, especialmente quanto à:

- consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS e ao Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP;
- consulta ao Cadastro Estadual de Empresas Punidas - CEEP;
- consulta à relação das pessoas jurídicas suspensas ou declaradas inidôneas para participar em licitação ou contratar com a administração pública, divulgada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; e
- à verificação periódica da manutenção, durante toda a execução do contrato, de todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Medidas de controle e disciplinares

No desempenho da função de auditoria interna, a CIA deve fornecer avaliações independentes e objetivas sobre os processos de gerenciamento de riscos de integridade, bem como das medidas de controle implementadas pelas unidades administrativas, recomendando possíveis melhorias.

Em caso de violação do Programa de Integridade, foram definidos os mecanismos relativos à adoção das medidas disciplinares cabíveis, por meio da instauração de apuração preliminar (de natureza investigativa e sigilosa), sindicância ou processo administrativo.

Esses procedimentos serão conduzidos e relatados, com o apoio da CIA, por juiz de Direito designado pela Presidência, à qual compete, nos termos do Regimento Interno, exercer a corregedoria das unidades vinculadas à Secretaria e promover a responsabilização de seus servidores.





Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo

Endereço:

Dr. Vila Nova 285
São Paulo-SP

Site:

www.tjmsp.jus.br